

PROPOSTA CTA – ESPECIALIZAÇÃO

Pós-Graduação *Lato Sensu* - Especialização em ADR

***Alternative Dispute Resolution*, com docência para o ensino superior.**

APRESENTAÇÃO: ADR (Alternative Dispute Resolution) são os “meios alternativos de resolução de conflitos” fora do Poder Estatal. ADR em resumo significa que para cada tipo de conflito existe uma solução mais adequada de resolução, que não necessariamente precisa passar pelo judiciário. Podem até existir várias formas de resolução mais simples e práticas antes de se chegar ao judiciário, o que se denomina sistema multiportas de resolução de conflitos. Sistema multiportas nada mais é do que encaminhar e escolher para cada tipo de conflito o meio mais apropriado para sua resolução. Existem diversos métodos de resolução, tais como: negociação, conciliação, mediação, arbitragem, dispute board, entre outros.

JUSTIFICATIVA: Cada vez mais as empresas valorizam o designer de resolução de conflitos que olhará para a empresa, mapeará quais são os maiores gargalos de conflitos destas e desenhará juntamente com o departamento jurídico, de forma sustentável e econômica, o melhor sistema de resolução de acordo com os interesses da empresa. Os operadores do direito devem observar o tipo de conflito, a melhor estratégia de acordo com a complexidade do caso, custos, tempo, análise econômica do direito, avaliar se seria mais adequado um método consensual ou adversarial para a resolução, e dentre estes qual o que melhor se enquadra economicamente para dar efetividade aos interesses das partes.

OBJETIVO: Propiciar ampla formação teórica e prática nos métodos consensuais de solução de conflito, quais sejam: Conciliação, mediação e arbitragem, entre outros, de forma a atualizar e capacitar os profissionais que atuam na respectiva área, ou que pretendem nela ingressar desenvolvendo aptidões necessárias ao magistério. Estimular uma reflexão crítica, sistemática e interdisciplinar das relações jurídicas disciplinadas pela atual legislação, com ênfase na interdisciplinaridade dos métodos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Possibilitar aos participantes a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos para habilitá-los a intervir em situações de impasse, utilizando como instrumento a conciliação e a mediação. Fornecer o curso com o objetivo de transformar a cultura do litígio em cultura da paz. Proporcionar possibilidades de conhecimento e desenvolvimento profissional, aos profissionais para que estes desenvolvam e apliquem os meios extrajudiciais de resolução de conflitos. Importância: Mudar o paradigma. O sistema judiciário brasileiro já permite a conciliação e mediação.

COORDENADOR GERAL: Lincoln Nogueira Marcellos

DOCENTE: Nauraína Rocha Martins

MODALIDADE: Presencial / EAD

Horário: Sábado das 8:00 às 17:00, Aulas quinzenais. **Local:** Unidade CTA – São Paulo.

PERÍODO: 07 de AGOSTO de 2023, com previsão de término em DEZEMBRO de 2024 + 4 (quatro) meses para elaboração e protocolo de monografia de conclusão de Curso

CERTIFICAÇÃO: Faculdade CTA.

CARGA HORÁRIA TOTAL: 360 horas (45 sábados = 8horas/aulas)

INVESTIMENTO SUGERIDO: 18 parcelas de R\$ 599,00.

PÚBLICO-ALVO: A quem se destina: O curso destina-se a todas as áreas de conhecimento, especialmente a graduados em Direito, Administração, Economia, Psicologia, Serventuários da Justiça, Sociologia, Pedagogia, Gestão e profissionais que lidam, direta ou indiretamente, com relações humanas, que pretendam ampliar suas ferramentas para lidar com situações de impasse, compreender sua dinâmica e conduzir os envolvidos a uma solução que atenda aos interesses de todos. Informar a importância da mediação e conciliação de acordo com a Resolução 125/10 e Emendas 1/13 e 2/16 do CNJ e a alteração do CPC.

METODOLOGIA: O curso será conduzido por professores conciliadores/mediadores, servidores e juizes, com titulações entre especialistas, mestre e doutores, bem como instrutores do CNJ, de modo a combinar a exposição teórica do tema. Aulas presenciais, interativas e expositivas, com exercícios, através das técnicas de simulação de casos, seminário e exercícios para fixação dos conceitos aprendidos. Em atendimento as definições dos novos parâmetros de diretrizes curriculares, dos cursos de mediação judicial, instituído pelo grupo de trabalho formado por membros do Conselho Nacional de Justiça em junho de 2015 – Portaria 64/2015 divulgado do 2º FOMEC realizado nos dias 22 e 23 de novembro de 2015 em São Paulo (Escola Paulista de Magistratura). **Método Harvard (Program on Negotiation at Harvard Law School).**

AValiação: Assiduidade; Participação nas aulas, seminários e prática simulada; Dissertações sobre temas propostos no programa. Avaliação entre 0 (zero) e 10 (dez), média de aprovação 7 (sete).

FREQUENCIA: O aluno deverá ter **75 %** (setenta e cinco por cento) de participação. Conforme o MEC afirma em seu portal que "*Nos cursos superiores ministrados em regime presencial, a frequência mínima exigida aos alunos é de 75% das aulas e atividades programadas, em conformidade com o Parecer CNE/CES nº 224/2006*"

GRADE CURRICULAR

MÓDULO I – DOS MÉTODOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO E O PROGRAM ON NEGOTIATION AT HARVARD LAW SCHOOL.

CARGA HORÁRIA: 120 HORAS*

Evolução dos Métodos Alternativos de Solução de Conflitos: panorama Internacional e Nacional, estatísticas e desafios do Poder Judiciário. (CH 8 horas)	Instalação e funcionamento do CEJUSC e Câmaras Privadas: modelo de gestão estrutural/organizacional e desafios da legislação vigente – Resoluções CNJ, ENFAM, FOMEC e CSM. (CH 8 horas)
Aspectos processuais dos Métodos Consensuais de Resolução de Conflito, atualização legislativa Lei 13.105/15 CPC, Lei 13.140/15 Mediação, Resolução CNJ 125/10 Enunciados FOMEC. (CH 12 horas)	Teoria da Comunicação. Visão Pós-Moderna do Conflito e da Comunicação. Comunicação Não-Violenta. (CH 16 horas)
Implementação da Política Pública: atuação, impedimentos, supervisão e cadastros dos mediadores – Nacional e Estadual. (CH 4 horas)	Introdução à Mediação: Linha do tempo, Legislação, Diferenças, Princípios e Ética. Mediação e os Direitos Humanos. (CH 8 horas)

Interdisciplinaridade da mediação: Sociologia, Psicologia, Antropologia.
(CH 8 horas)

Escolas de Mediação: Modelo Tradicional Linear de Harvard, Modelo Transformativo de Bush e Folger, Método Circular-Narrativo de Sara Cobb, Escola de Mediação Avaliativa e a Mediação Facilitativa.
(CH 8 horas)

Advocacia e sua atuação na Mediação. Cláusulas de Mediação e Cláusulas Contratuais Escalonadas.
(CH 8 horas)

Teoria dos Jogos no Processo Penal
(CH 4 horas)

Negociação: O projeto *Harvard Law School*. Oficina de prática de negociação
(CH 8 horas)

Oficina de termos: técnicas de redação, noções de Direito e vocabulário jurídico e negociação.
(CH 12 horas)

Simulações de casos práticos: etapa preparatória, consolidação do procedimento de Mediação e o aperfeiçoamento das técnicas e ferramentas segundo o Program on Negotiation at Harvard Law School.
(CH 16 horas)

*O Módulo poderá ser cursado na integridade ou separadamente (por disciplina) a título de extensão e/ou aperfeiçoamento, com investimento consultado na secretaria.

MÓDULO II – ÁREAS DE ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR DOS MÉTODOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.

CARGA HORÁRIA: 136 HORAS*

Neuropsicologia e Neurociência - impacto na resolução de conflitos;

O debate da Inteligência Artificial: tecnologias aplicáveis e alternativas extrajudiciais para solução de Conflitos e a adequação da Legislação brasileira à Convenção do Cibercrime.

Mediação Familiar: conflitos familiares, mediação uma nova ferramenta e os desafios ao Direito de Família contemporâneo. Oficina de Parentalidade: combate à Alienação Parental- Lei 12.318/10.

(CH 24 horas)

Direito Sistêmico: Constelações sistêmicas na Justiça.
(CH 8 horas)

Mediação antecedente à Recuperação Judicial - Lei 14.112/20.
(CH 8 horas)

Advocacia Colaborativa e Mediação de Conflitos: Diferencial dos advogados familiarizados com as técnicas de mediação.
(CH 16 horas)

Mediação Empresarial e Corporativa: novo caminho para solucionar conflitos e evitar litígios judiciais, reduzir custos e mitigar riscos. Agenda ESG e as ODS da ONU.
(CH 12 horas)

Mediação de Conflitos e o programa de *Compliance*: Ouvidoria, *compliance* e auditoria interna são órgãos complementares.

Mediação consumerista: Lei 14.181/21, Leis do Superendividamento.
(CH 12 horas)

Mediação Escolar e Fatores de Riscos: estímulos na prática pedagógica na Educação Nacional
(CH 24 horas)

Justiça Restaurativa: abordagem sistêmica. Resolução 12/2002 da ONU, Resolução 225/2016 do CNJ.
(CH 8 horas)

Mediação Comunitária: meio de efetivação da democracia participativa
(CH 8 horas)

Mediação Condominial: cenário das controvérsias e atuação do profissional da mediação.
(CH 8 horas)

Mediação Hospitalar: Relação paciente, hospital, convênios médicos e profissionais da saúde.
(CH 8 horas)

Métodos Consensuais na Administração Pública: Mediação e Conciliação no Direito Público. Conflitos que envolve particulares e a União, os Estados e os Municípios. Atuação das Secretarias das Fazendas. “Transação por adesão”. Controvérsias entre órgãos ou entidades de Direito Público que integram a Administração Pública Federal.
(CH 8 horas)

*O Módulo poderá ser cursado na integridade ou separadamente (por disciplina) a título de extensão e/ou aperfeiçoamento, com investimento consultado na secretaria.

MÓDULO III – ARBITRAGEM: TEORIA E PRÁTICA

CARGA HORÁRIA: 56 HORAS**

Introdução: Arbitragem e o *Sistema Multiportas de Solução de Conflitos* – CNJ. Aspectos gerais da Arbitragem: Histórico da Arbitragem no Brasil e sua Constitucionalidade.

Espécies de arbitragem: Institucional e avulsa. Convenção de arbitragem: Espécies. Cláusula arbitral e Compromisso arbitral.

Efetividade da arbitragem na legislação vigente: Lei 9.307/96. Arbitragem no novo Código de Processo Civil. Os vetos da Lei 13.129/15.

Árbitro: Código de Ética. Deveres. Poderes conferidos. Impedimentos. Suplentes.

Escalonamento dos meios de gestão de conflitos pela Mediação e Arbitragem - “*MedArb-ArbMed*”: Apresentação de um “Plano de Mediação” como estratégia na prática advocatícia, consulta do conselho Administrativo.

Procedimento Arbitral: Normas de procedimento. Instituição e interrupção da prescrição. Arguição de incompetência, suspeição e impedimento. Arguição de nulidade da cláusula arbitral. Carta Arbitral: cooperação/coordenação entre Justiça Estatal e Arbitral. Produção de Provas. Tutelas provisórias de urgência de natureza cautelar. Pedido contraposto. Intervenção de terceiros. Revelia. Comunicação dos atos.

A produção antecipada de prova viola o juízo arbitral? Decisão que rejeita alegação de convenção de arbitragem (art. 1.015, III, CPC) Litispendência e Coisa julgada no Juízo Arbitral.

Sentença Arbitral: Características. Prazo. Requisitos. Acordo de sentença homologatória no curso da arbitragem. Comunicação e pedido de esclarecimentos. Nulidades da sentença arbitral. Ação anulatória.

Arbitragem e a praxe Internacional: Sentença arbitral estrangeira. Procedimento de homologação.

Áreas de atuação da Arbitragem: Arbitragem e Relação de Consumo. Contratos de Adesão. Locação de imóveis urbanos. Arbitragem nos contratos societários e estatutos associativos. Falência e recuperação judicial do demandante.

Condomínios edifícios. Arbitragem nos contratos de Franquia. Arbitragem na Administração Pública. Dispute Boards.

Arbitragem trabalhista: inovações na CLT.

Prática do procedimento arbitral: modelos de peças e sentenças.

Arbitragem Tributária e Agronegócio.

****O Módulo poderá ser cursado separadamente, mas em sua integridade a título de extensão.**

MÓDULO IV - METODOLOGIA E DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR e CERTIFICAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

METODOLOGIA – C. H. 16 horas

1. Exposição do Programa, Midiografia e Agenda da Disciplina. Conhecimentos e Pesquisa. Experimento e-ou Argumento. Objetivo (para quê?) Justificativa (por quê?) Ética da Pesquisa

2. Metodologia Suporte terminológico de apoio. Fenômeno: interdependência das categorias acaso - real – Signo. Signologia: Signo, Objeto, Interpretante e relação sujeito/objeto na Pesquisa. Semioses - ações sígnicas: Signo-Qualidade. Signo-Objeto. Signo-Interpretante. Dez classes sígnicas Pragmática na Pesquisa - Semioses: sintática, semântica, pragmática. Metodologia dogmática e metodologia científica Exibição do filme Confucionismo e Taoísmo (Confucionism & Taoism). Julia Ching, 2003.

Fenomenologia da quantificação e-ou persuasão na Pesquisa

3. Repertório elementar de métodos Resultado da Pesquisa. Objetividade aplicativa e-ou textual: descrição, proposição, demonstração empírica e-ou persuasão verbal. Dados e-ou constructos, leis e-ou predicções e teorias. Teoria do conhecimento. Referências.

4. Apresentação formal do Projeto de Pesquisa. Standards internacionais [autor-data], privados [auto-título], consumidores [título-editora] Laboratório e consulta aos alunos-pesquisadores

Bibliografia e Videografia Básica

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas (2002). Informação e documentação. Referências. Elaboração. NBR 6023. Agosto. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

BACON, Roger (2006). Sexta Parte desta argumentação e sexta parte da obra maior [isto é, do Opus maius], sobre a ciência experimental. In Rogério Bacon: obras escolhidas. Traduzido por Jan G. ter Reegen, Luis A. De Boni, Orlando A. Bernardi; revisado por Carlos Arthur R. do Nascimento, Luis A. De Boni, Orlando Bernardi. P. 95-157. Coleção Pensamento Franciscano, v. 8. Porto Alegre: EDIPUCRS; Bragança Paulista: EDUSF.

BUNGE, Mário (1974). Teoria e realidade. Traduzido por Gita K. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino (2006). Metodologia científica. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

CHING, Julia (2003). DVD Vídeo. Confucionismo e Taoísmo (Confucionism & Taoism). Em História das Religiões (Religions of the world). Coleção com 3 DVDs. Série narrada por Bem Kingsley. Produtor e Diretor: Stephen Kopels. Volume 3. 5o Episódio. Duração 47 min. Áudio: Inglês e português. Legendas: Inglês e português. Liberty International Entertainment. Europa DVD Collection. Manaus: Videolar.

FUNDAP, Fundação do Desenvolvimento Administrativo (1985). Orientações para citar e referenciar bibliografia. Documentos de Trabalho, n. 05, setembro. São Paulo: Fundação do Desenvolvimento Administrativo.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria (2005). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas.

MATTAR, João (2005). Metodologia científica na era da informática. São Paulo: Saraiva.

MATURANA, Humberto (1990). O que se observa depende do observador. Em Gaia: uma teoria do conhecimento. Organizado por William Irwin Thompson. Traduzido por Silvio Cerqueira Leite. P. 61-76. São Paulo: Editora Gaia.

MODESTO, Luiz Sergio (2005). Conhecimentos trivial, dialetal e científico - Argumento nomogógico e argumento científico. Em Revista da Faculdade de Direito - Universidade de São Paulo. P. (1-67). V. 100, 2005, janeiro/dezembro. ISSN 0303-

9838. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, Serviço Técnico de Imprensa.

MODESTO, Luiz Sergio (2006). Paradigma Semioselogia. São Paulo: Sibila Edicção.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de (2002). Tratado de metodologia científica. São Paulo: Pioneira.

PEIRCE, Charles Sanders (1977). Semiótica. Traduzido por José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva.

SAGAN, Carl; DRUYAN, Ann; SOTER, Steven (2000) DVD Vídeo. O esqueleto da noite (The backbone of night). Em Cosmos - A personal voyage. Diretor da Série: Adrian Malone. Volume 3. Episódio 7. Duração 1h. Áudio: Inglês. Legendas: Português. Super Interessante. Los Angeles: Cosmos Studios; Manaus: Abril.

SANTAELLA, Lúcia (1996). Produção de linguagem e ideologia. São Paulo: Cortez Editora.

DIDÁTICA – C. H. 24 horas

1 – Conceito de Didática e de Educação

1.1 – Educação – Informal

1.2 – Educação – Formal

1.3 – Estrutura do Ensino formal brasileiro

1.4 – A legislação do Ensino no Brasil

1.5 – A educação nas sociedades primitivas

2 – A Universidade

2.1 – O surgimento da Universidade

2.2 – As funções da Universidade

2.3 – O Ensino Superior no Brasil

2.4 – A sociedade brasileira contemporânea e a função do Ensino Superior

2.5 – Estrutura e organização do ensino universitário, segundo a Legislação Brasileira

3 – A Didática; a qualidade do ensino no Brasil e a Andragogia.

3.1 – A teoria, a prática e a pesquisa no trabalho pedagógico no ensino universitário.

3.2 – O método científico na elaboração do saber no âmbito da Universidade.

3.3 – A questão da pesquisa como prática pedagógica em especial no Brasil.

3.4 – A Didática como referencial na ação docente em cursos de pós-graduação.

3.4.2 – Os meios de comunicação, novos recursos tecnológicos aplicados ao ensino superior.

3.4.3 – A participação discente e o desenvolvimento da capacidade crítica, diante do conteúdo escolhido.

3.4.1 – Pressupostos teóricos para o ensino da Didática.

4 – O planejamento do currículo e a prática educacional no ensino universitário.

4.1 – A definição de objetivos.

4.3 – A integração e a coordenação do conteúdo programático na consecução de objetivos.

4.2 – Princípios e critérios para o planejamento didático no ensino universitário.

4.4 – A avaliação de cursos, de discentes e da ação docente.

5 – Prática com apresentação de plano de aulas e exposição oral.

Bibliografia Básica

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia Saberes necessários à Prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

RODRIGUES, Victor Gabriel. A Hora do Carvoeiro História de um amor pelo crime. Campinas, 2003, Editora L.Z.

AVALIAÇÕES

Os alunos serão avaliados através de sua ativa participação em seminários elaborados para cada módulo/disciplina, bem como, por meio de prova escrita realizada no final de cada módulo/disciplina.

As provas e seminários serão avaliados por notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), considerando-se 0,5 (cinco décimos).

A aprovação em cada módulo/disciplina se dará com a obtenção de média final igual ou superior a 7,0 (sete), a qual será apurada pela soma das notas dos seminários e da prova escrita. É requisito para a aprovação em cada módulo a frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das aulas.

MONOGRAFIA

Deverá ser apresentada ao final dos módulos, monografia sobre o tema estudado dentro da área de interesse do aluno.

A elaboração da monografia será feita com o auxílio de um professor orientador, escolhido pelo aluno ou indicado pela escola e que o acompanhará até a entrega final do trabalho.

Caberá aos professores orientadores, os critérios delimitadores para apresentação da monografia e a respectiva orientação metodológica para sua elaboração.

A avaliação final da monografia será precedida de uma prova escrita sobre o tema objeto da monografia. A prova e a avaliação final serão feitas pelo orientador. Para aprovação na monografia, o aluno deverá ter no mínimo nota 7,0 (sete), no total das duas avaliações.

EXIGÊNCIAS PARA OBTENÇÃO DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

Para obtenção do título de especialista, o aluno deve cumprir os seguintes requisitos:

- a) I – média final igual ou superior a 7,0 (sete) em cada módulo;
- b) II – frequência de 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, da carga horária prevista por módulo;
- c) III – Protocolo na Secretaria da Faculdade CTA da monografia no prazo improrrogável de 04 (quatro) meses após a conclusão dos Módulos teóricos, com as devidas especificações estabelecidas no Manual de Pós-graduação da Faculdade que certificará.
- d) IV – nota final da monografia igual ou superior a 7,0 (sete).

Corpo Docente

Nauraína da Rocha Martins

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4102717329037703>

Doutoranda em Ciências Sociais pela PUC SP. Mestre pela PUC Minas no programa de excelência da Faculdade de Ciências Sociais e Políticas Públicas. Aluna externa do programa de Mestrado Acadêmico da FGV Direito SP, núcleo Direito, Economia e Sociedade. É integrante do grupo de pesquisa "Políticas Públicas e Cidade" na área Ciência Política do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq. Especialista em Direito Público com docência para ensino superior pela Escola Superior de Advocacia de São Paulo, Métodos Consensuais de Solução de Conflitos pela Escola Paulista de Magistrados e Arbitragem na FGV SP, participou do programa de Arbitragem em Direito Tributário, coordenação do catedrático de Derecho Financeiro y Tributário da Universidade de Santiago de Compostela, cátedra do prof. Cesar Garcia Novoa. Extensão Universitária em Contratos e Negociações Internacionais: Abordagens Quantitativas pela GAENI/IRI/USP. Advogada e palestrante é Instrutora de mediação judicial e negociação metodologia Harvard certificada pelo Conselho Nacional de Justiça em Brasília. Mediadora Judicial nomeada pelo TJSP desde 2011, atuou nos Postos Pré Processuais e CEJUSC Central. Inscrita no Cadastro Nacional de Mediadores do CNJ e nos quadros de auxiliares da justiça do TJSP, atua no setor processual cível do Fórum João Mendes Júnior. Com experiência em mediação extrajudicial e procedimentos arbitrais em câmaras privadas, coordenou e lecionou no programa de pós-graduação especialização em processo civil e métodos consensuais de solução de conflito e arbitragem no Complexo Educacional Jurídico Andreucci em São Paulo. Como docente convidada, lecionou na Escola Superior de Advocacia - ESA OAB SP, Centro Mediar e Conciliar? Fipecafi-USP, Cultura da Paz - Jundiaí, Faculdade de Ensino Superior da Paraíba, Escola Judiciária Desembargador Edésio Fernandes do TJMG e outras instituições credenciadas pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM. Atualmente, docente, tutora e supervisora de estágio do 9º /19, 10º/20 e 11º/21 FAC da Escola Paulista da Magistratura. Representante do COMNAPAZ Brasil e integrante do Grupo de Pesquisa de Estudos Avançados de Prática e Teoria em mediação, da UNIFESP. Docente no curso de Direito da Universidade Santo Amaro? Unisa, coordenação do Ministro Paulo Dias de Moura Ribeiro do STJ. Professora assistente da coordenação da pós-graduação em? Mediação e Gestão de Conflitos? da Damásio Educacional. Membro do Dispute Board CIESP/FIESP, treinamento: The Dispute Resolution Board Foundation - EUA. Autora dos artigos: "A Justiça Restaurativa e a Compatibilidade no Sistema Penal Brasileiro". Editora CRV, 2021; "A Mediação e a Conciliação no Brasil por meio das Plataformas Digitais." Livro: 18º ENCONTRO INTERNACIONAL DE JURISTAS Volume IX da Coleção? JURISTAS DO MUNDO? Publicação oficial da Rede Internacional de Excelência Jurídica? Brasil, janeiro de 2022. "A Neurociência no contexto da Resolução 125 CNJ", editora Instituto ber. RJ 2022. Pesquisadora: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2279257476353686.

PROFESSORES CONVIDADOS – ESPECIALISTAS, AUTORES DE OBRAS.